

AS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE NOS PLANOS DE GOVERNO DOS GOVERNADORES DO ESTADO DA BAHIA

INTEGRATIVE AND COMPLEMENTARY HEALTH PRACTICES IN THE GOVERNMENT PLANS OF THE GOVERNORS OF THE STATE OF BAHIA

Mila Duarte Lima Dia

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0573-8082>

Graduada em Educação Física

Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC

E-mail: miladuartedias@hotmail.com

Cristiano Araujo Dias

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7871-7844>

Mestre em Bioenergia

Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC

E-mail: cristianodias@ifba.edu.br

RESUMO

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs) são recursos terapêuticos baseados no modelo de atenção humanizada que buscam estimular mecanismos naturais de prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde. Nessa perspectiva, é necessário compreender a atenção dada ao tema pelos agentes políticos. O objetivo deste estudo foi investigar a atenção dada às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs) nos planos de governo dos Governadores do Estado da Bahia, no que se refere ao período de 2010 a 2022. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, documental e qualitativa. O estudo foi direcionado com base nos pressupostos teóricos da Ciência Política. Os dados foram analisados sob a perspectiva do modelo teórico do Equilíbrio Pontuado. Os dados foram coletados no site www.divulgacandcontas.tse.jus.br. Para tal, utilizou-se os seguintes descritores: "saúde", "práticas integrativas", "complementares" e "PICs". Consequentemente, organizou-se os dados com base no ano, governo e partido político. Em relação à análise dos dados elencou-se o cálculo da frequência absoluta e relativa das menções ao tema investigado com base nos dados brutos das menções ao descritor "saúde". Posteriormente, examinou-se as prioridades elencadas nas pautas identificadas, levando-se em consideração a análise de conteúdo de Bardin. Os resultados encontrados foram de baixa atenção às PICs, visto a inexistência de menções nos PG dos governadores no período de 2010 a 2018 dos governadores que nos PG dos governadores eleitos para gestão 2010 a 2014, 2014 a 2018. Apenas em 2022 houveram duas menções do candidato do Partido dos Trabalhadores, Jerônimo Rodrigues. Diante do exposto, elenca-se a necessidade de novos estudos sobre a atenção às PICs nas agendas administrativas e legislativas na perspectiva de ampliar o conhecimento sobre o planejamento da política supracitada.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Agenda de Prioridades em Saúde.

INTRODUÇÃO

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) o conjunto de práticas de atenção à saúde baseado em teorias e experiências de diferentes culturas utilizadas para promoção da saúde, prevenção e recuperação é denominado de “Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas” (MTCI). Elas levam em consideração o ser integral em todas as suas dimensões, sendo implementadas em diferentes países, nos quais são fundamentadas na cultura local ou

importadas de outras tradições, com base reconhecidas nos aspectos socioculturais e com integração com a medicina convencional (OMS, 2013).

As primeiras recomendações para a implantação das MTCI foram difundidas no final dos anos 1970, com a Primeira Conferência Internacional de Assistência Primária em Saúde (Alma Ata, Rússia, 1978), com o “Programa de Medicina Tradicional”, criado pela OMS, com o compromisso de incentivar a formulação de políticas públicas para uso racional e integrado de medicinas tradicionais, complementares e integrativas nos sistemas nacionais de atenção à saúde (OMS, 2013; OMS, 2002).

A agenda governamental refere-se ao conjunto de problemas e temas que o governo considera relevantes e prioritários em um determinado período (Mendes; Gomes, 2018). Essa agenda é dinâmica, moldada por diversas influências, incluindo pressões políticas, demandas sociais, recursos disponíveis e eventos inesperados (Capella, 2019). Ela pode ser expressa de diferentes formas, desde declarações públicas e discursos oficiais até a alocação de recursos orçamentários (Brasil, 2023). Uma agenda governamental abrange uma gama ampla de temas, que nem sempre se traduzem em ações concretas (Santos *et al.*, 2015).

Compreender como o governo da Bahia prioriza a saúde em suas comunicações oficiais é crucial para avaliar a efetividade das políticas públicas e o direcionamento dos recursos (Penafiel *et al.*, 2022). De igual modo, amplia a compreensão sobre a agenda governamental em saúde, identificando as áreas prioritárias e os desafios potenciais para a implementação das políticas (Oliveira; Nascimento; Lorenzo, 2024), identificando o discurso oficial do governo sobre a saúde, ao tempo que permite uma avaliação da coerência entre o discurso e a prática (Brasil; Capella, 2019).

OBJETIVO

O objetivo deste estudo foi investigar a atenção dada às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs) nos planos de governo dos Governadores do Estado da Bahia, no que se refere ao período de 2010 a 2022.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, documental e quali-quantitativa (Gil, 2008). O estudo foi direcionado com base nos pressupostos teóricos da Ciência Política. O estudo foi realizado com análise documental, que se caracteriza como uma fonte de dados

primários, referente aos planos de governo (PG) dos Governadores no período citado, coletados no site www.divulgacandcontas.tse.jus.br.

Para tal, utilizou-se os seguintes descritores: "saúde", prática", "integrativa" e "complementares" e "PICs". Consequentemente, organizou-se os dados com base no ano, governo e partido político. Em relação à análise dos dados elencou-se o cálculo da frequência absoluta e relativa das menções às PICs com base nos dados brutos das menções ao descritor "saúde".

A análise quantitativa não deve ser interpretada isoladamente, sendo de fundamental importância uma combinação com a análise qualitativa para uma compreensão mais profunda do significado dos dados. Para isso, utilizamos a análise de conteúdo segundo Bardin (2016) como a técnica de pesquisa qualitativa que se caracteriza por sua abordagem objetiva, sistemática, que busca minimizar a subjetividade na interpretação dos dados e permite uma análise aprofundada do conteúdo (Urquiza; Marques, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados encontrados foram de baixa atenção às PICS, visto a inexistência de menções nos PG dos governadores no período de 2010 a 2018 dos governadores que nos PG dos governadores eleitos para gestão 2010 a 2014, 2014 a 2018. Apenas em 2022 houveram duas menções do candidato do Partido dos Trabalhadores, Jerônimo Rodrigues.

Quadro 1- Número de menções referentes a SAÚDE e PICS por governador

Governador/Partido	Jacques Wagner/PT 2010	Rui Costa/PT 2014	Rui Costa/PT 2018	Jerônimo Rodrigues/PT 2022
SAÚDE	6	106	50	133
PICS	0	0	0	2

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

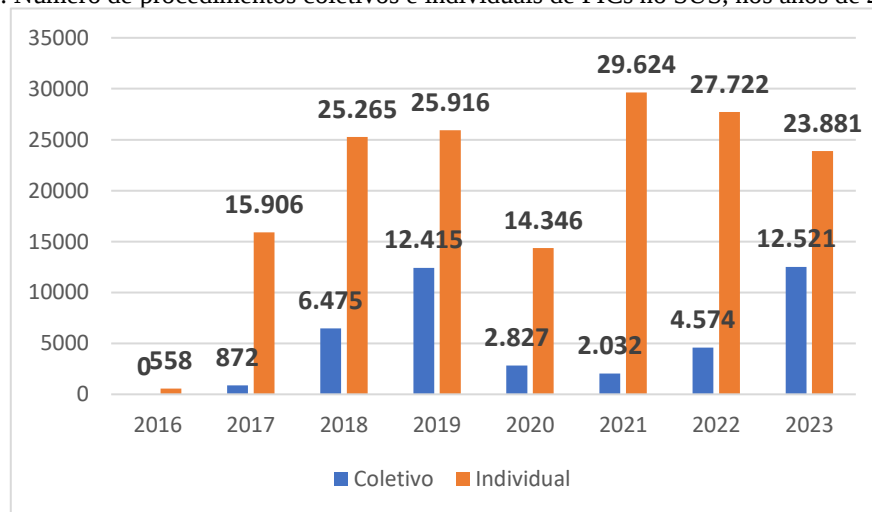
Em relação, as menções ocorridas em 2022, a primeira refere-se a valorização das práticas tradicionais, conforme trecho retirado do PG: *“Valorizar as práticas tradicionais e as culturas de promoção à saúde das parteiras, rezadeiras, benzedeiras e religiosos de matriz africana e pactuar ações intersetoriais que apoiem a utilização de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos, baseados nos conhecimentos tradicionais afro-brasileiros e indígenas”*.

A segunda menção é voltado para a população LGBTQIAPN+, conforme trecho retirado do PG: *“Ampliar o acesso da população LGBTQIAPN+ aos serviços do SUS, desde a atenção básica até a atenção especializada, qualificando as equipes para o cuidado às peculiaridades desse grupo e garantindo o uso do nome social das pessoas LGBTQIAPN+ em todas as unidades de saúde”*.

No Brasil, as medicinais tradicionais brasileiras, como indígenas, medicina de matriz africana, medicinas dos povos tradicionais e outras práticas populares em saúde surge em resposta à medicina alopática tradicional, com ênfase ao cuidado biomédico e foco no tratamento de doenças específicas, com uma visão incompleta do paciente, sem considerar o todo (Kabad *et al.*, 2020).

No Gráfico 1 é possível observar os números de procedimentos coletivos e individuais correlatos às PICs. Salienta-se que em 2020 estava decretado a pandemia de COVID-19, que os procedimentos coletivos têm menos frequência, mas podem atender uma grande número de pessoas e os atendimentos individuais tem uma frequência com muita oscilação, com o seu maior pico em 2021.

Gráfico 1. Número de procedimentos coletivos e individuais de PICs no SUS, nos anos de 2016 a 2023



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Os possíveis problemas, como a questão política, que oferece um cuidado “diferente” do convencional, evidenciando um problema relacionado à concepção de saúde, de outros profissionais, mas e também, apresenta uma falha na gestão da oferta pois são conduzidas por profissionais, que não têm apoio dos gerentes das UBS e a falta de recursos financeiros para aquisição de materiais essenciais para implementação das PICS (Habimorad, 2020).

Outro fator que contribui para isso é a reduzida quantidade de profissionais capacitados no SUS devido a incipiência de centros formativos e baixa adesão de disciplinas

sobre PICS na graduação das áreas de saúde (Barros *et al.*, 2020; 2014; Nascimento *et al.*, 2018).

CONCLUSÃO

Apesar da promulgação da Política Nacional de PICs (PNPICs) e Política Estadual de PICs (PEPICS-BA) em 2006 e 2019, respectivamente, observa-se o vazio existencial do tema nas narrativas políticas dos governadores estaduais ao longo do tempo. Diante do exposto, elenca-se a necessidade de novos estudos sobre a atenção às PICs nas agendas administrativas e legislativas na perspectiva de ampliar o conhecimento sobre o planejamento da política supracitada.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BARROS, L. C. N. *et al.* Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde: Percepções dos Gestores dos Serviços. Esc. Anna Nery; 24(2), 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0081>. Acesso em: 25 nov. 2024.

NASCIMENTO, M. C.; ROMANO, V. F.; CHAZAN, A. C. S.; QUARESMA, C. H. Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas. Trab Educ Saúde. 16(2):751-72, 2018.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Estratégias da OMS sobre Medicina Tradicional 2014-2023. Organização Mundial da Saúde. 2013. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/92455>. Acesso em: 10 nov. 2024.

RIBEIRO, L. G.; MARCONDES, D. A interface entre a atenção primária à saúde e práticas integrativas e complementares no sistema único de saúde: formas de promover as práticas na APS. v. 3 n. 2; 2021. Disponível em: <https://apsemrevista.org/aps/article/view/185>. Acesso em: 08 dez. 2024.

TELESI E. Práticas Integrativas e Complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. Estudos Avançados 30 (86), 99-114. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100007>. Acesso em: 25 nov. 2024.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C.; NASCIMENTO, M. C. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira. Saúde Debate; 42(1):174-88, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S112>. Acesso em: 25 nov. 2024.